

INDEPENDÊNCIA DO BC AUMENTA A DESIGUALDADE

A INDEPENDÊNCIA dos Bancos Centrais dos países preocupa. A ausência de elo efetivo entre o governo federal e o BC restringe a aplicação das políticas fiscais, dificultando o alcance da igualdade material e distribuição de renda eficaz, aponta estudo do Banco Mundial. A independência desregula a economia e dá liberdade total aos mais ricos. Com as taxas elevadas, a população com mais dinheiro aumentou a fatia na renda total das nações, em prejuízo das camadas de menor renda. Entre 1980 e 2013, o impacto foi severo para os 10% mais pobres e negativo para 60% das pessoas sem grande rendimento.

A realidade do Brasil demonstra muito bem a relação conflitua. Mesmo com as soluções tomadas pelo governo Lula desde janeiro, que refletem na redução do preço do dólar, controle da inflação, fortalecimento de programas sociais, injeção de recursos em educação, ciência e tecnologia e em infraestrutura, o Banco Central, sob o comando do bolsonarista Roberto Campos Neto, freia o desenvolvimento ao manter a Selic no atual patamar de 13,75% ao ano. A decisão do BC no Brasil é injustificável, especialmente porque no ano passado, ainda no governo Bolsonaro, a inflação estava na casa de 10% e os juros no mesmo patamar do atual. Hoje, com a inflação em torno de 5% e expectativas de crescimento econômico, o Banco Central impede a queda dos juros. Desta forma, inibe o aquecimento da economia e, conseqüentemente, a geração de empregos.

A independência dos Bancos Centrais dos países preocupa. A ausência de elo efetivo entre o governo federal e o BC restringe a aplicação das políticas fiscais, dificultando o alcance da igualdade material e distribuição de renda eficaz.

Foto Divulgação



ESTIMATIVA DE INFLAÇÃO CAI MAIS UMA VEZ



O Relatório Focus divulgado pelo BC (Banco Central) revela uma redução na estimativa de inflação para 2023, com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) projetado em 5,06%

O Relatório Focus divulgado pelo BC (Banco Central) revela uma redução na estimativa de inflação para 2023, com o IPCA (Índice de Preços

ao Consumidor Amplo) projetado em 5,06%. A redução reflete um cenário mais favorável para a economia do país. No entanto, o travamento

de uma maior melhora está relacionado à manutenção da taxa Selic em níveis estratosféricos. Mesmo com o mercado projetando a taxa básica de juros em 12,25% ao ano, a manutenção em 13,75% na semana passada mostra a falta de visão e a sabotagem ao país por parte de Roberto Campos Neto.

Já a estimativa de inflação para 2024 foi de 4% para 3,98% e de 2025 ficou em 3,8%. Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) para 2023 deve ter crescimento de 2,18%, ficando acima das expectativas da sétima semana consecutiva, ante 2,14%. É importante ressaltar que, a postura conservadora de Campos Neto impacta negativamente nas contas públicas.



Foto DIVULGAÇÃO

Mais negociações terminam com aumento real

A maioria das negociações coletivas de trabalho com data-base até junho de 2023 alcançou aumento real, mas os resultados poderiam ser ainda melhores, caso a taxa de juros fosse menor, de acordo com análise do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Os dados indicam que 88% dos 759 acordos tiveram reajuste acima da inflação medida pelo INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), enquanto em 11% ficaram iguais ao índice e outros 0,5% abaixo da inflação.

O cenário positivo para os trabalhadores está ligado a grande mobilização dos sindicatos para repor a perda acumulada na pandemia de Covid-19 e ao aumento real do salário mínimo pelo presidente Lula, que o valor para R\$ 1.320,00.

Só que infelizmente, a população ainda vai continuar prejudicada pela Selic elevada, a mais alta do mundo, já que o Banco Central decidiu manter a taxa em 13,75% ao ano.

Taxar os ricos para reduzir a desigualdade



A reforma tributária volta ao centro dos debates políticos. A expectativa é de que o projeto seja votado no início de julho, quer dizer, já na próxima semana. Mas, as mudanças propostas até o momento são insuficientes.

O relatório preliminar da reforma, apresentado na Câmara dos Deputados na semana passada, não prevê a criação do IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas), nem a tributação sobre lucros e dividendos e sobre latifúndios improdutivos.

Também não fazem parte do projeto o aumento da taxa de grandes heranças, nem a tabela

progressiva de Imposto Renda, com alíquotas maiores para quem ganha mais e isenção aos que ganham menos.

Os pontos são fundamentais para ampliar os recursos para investimentos em áreas essenciais para a redução das desigualdades sociais do Brasil, a exemplo da educação e da saúde. Na prática, se for aprovada da forma como vem sendo apresentada, a reforma tributária vai continuar a beneficiar os ricos que ainda vão reclamar que pagam muito. Só lorota.

Proposta atual

O texto em tramitação atualmente prevê a criação de um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) com três alíquotas diferentes, sendo a padrão, a reduzida em 50% para alguns setores – transporte, saúde, educação, produtos agropecuários, alimentos, higiene pessoal, atividades artísticas e culturais – e uma alíquota zero para medicamentos, Prouni, produtor rural pessoa física. Além da devolução de parte dos impostos pagos pelos produtos e serviços consumidos.